

Hora de assumir responsabilidades

Dois tipos de males afetam a vida política brasileira e podem conduzir o País a situações delicadas: um, o prisma estreito pelo qual se vêem os problemas nacionais; outro, a incapacidade de as lideranças partidárias assumirem o risco de colocar assuntos controversos em votação no Congresso, o que impede a qualquer chefe de governo, ou ministro, programar a execução de uma política. Os dois males se exemplificaram anteontem na Câmara dos Deputados, quando o Colégio de Líderes decidiu escolher cinco dos dez projetos enviados pelo governo no conjunto denominado de "Plano Itamar" (ou Eliseu) para tramitação em regime de urgência urgentíssima, deixando outros cinco de lado. A razão da escolha foi extremamente simples: sobre os cinco há consenso em aprovar, modificando; sobre os outros cinco, não há consenso e portanto não se decide. As lideranças dos partidos que apóiam o Executivo e a própria liderança do governo não querem colocar questões difíceis em votação para não arriscar perder (e desprestigiar-se política e eleitoralmente, portanto).

Curioso é que entre os projetos que não se votam há mais de mês está o que concede incentivos ao setor automotivo, criando a possibilidade de aumento do número de empregos, e o que reestrutura o Cade, que, na visão do Executivo, assegura a livre concorrência e pune os abusos do

poder econômico. Embora não tenha integrado o "Plano Itamar", o projeto que suscita maior resistência na Câmara dos Deputados, e por mais uma vez teve sua votação adiada em Comissão, é o que cria o IPMF. Antes, houve pedido de vistas de deputados de partidos que integram o governo, na tentativa de convencer o Executivo a não ser rigoroso nas transferências aos municípios devedores do FGTS e da Previdência Social; agora, é a vez de o PT retardar a votação a pretexto de que a arrecadação cresceu no trimestre e, portanto, não se faz necessária a criação de mais um imposto para resolver a crise fiscal ou nem mesmo para pagar o aumento do funcionalismo. Na medida em que o PPR, pela palavra do seu presidente, Paulo Maluf, deixou claro que não aprova a criação de mais um imposto, a votação do IPMF pode estar comprometida na Câmara dos Deputados.

Se assim for, como será depois?

Pelas mais diferentes razões, o clima político de Brasília não favorece o presidente Itamar Franco, apesar da distensão que se criou a partir da nomeação do sr. Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, especialmente depois que o PMDB ergueu a bandeira branca do armistício, e o novo ministro reuniu-se



com as lideranças no Congresso para convencê-las de que não fará nenhuma arte no Ministério e o importante, agora, é haver acordo sobre os cortes no Orçamento. Tem-se a nítida impressão de que a intenção hostil que se observa em alguns setores do Congresso é dirigida especialmente contra o presidente e não contra sua política, quando existe. A não votação de medidas provisórias que acompanharam o "plano Itamar-Eliseu", obrigando o Executivo a reeditar duas delas ainda ontem, indica que o Congresso não está disposto a examinar proposições que não digam respeito imediato à execução da política monetária. Por isso, aprovou-se a medida provisória sobre a modificação da TRD, mas não se votaram a que estabelecia a equivalência salarial para o reajuste dos pagamentos de prestações ao Sistema Financeiro de Habitação e a que concedia facilidades aos devedores do "Leão" que quisessem pôr-se em dia com o tenebroso credor. Essa resistência, já manifestada e reiterada no caso das medidas provisórias que revogam a Lei 8.200, é sinal mais que evidente de que existe animadversão contra o chefe do Executivo — e a reação no Senado à indicação do sr. José Aparecido de Oliveira comprova que o trânsito do novo

ministro da Fazenda pelo Congresso pode ser fácil, mas não o do presidente. O que indica complicações futuras.

Ora, é chegado o momento de deixar-se de lado considerações de ordem eleitoral e de assumir a responsabilidade pela aprovação ou rejeição das providências propostas pelo Executivo. Afinal, se os partidos estão representados no governo, o mínimo que se pode esperar é que suas direções e lideranças se empenhem em aprovar aquilo que seus ministros dão como bom e avalizam. Tal não acontece — seguramente porque os partidos não têm controle sobre seus representantes no Congresso. Sucede que, se essa situação persistir, em breve o presidente Itamar Franco, numa variação mercurial de humor, vai poder dizer que, com este Congresso em que ninguém decide coisa alguma, o País é ingovernável. Temos certeza de que as lideranças políticas responsáveis não querem que a corda estire até esse ponto. Se não desejam, então, é preciso que demonstrem maior autoridade na condução de seus liderados. São 20 os partidos representados no Congresso. Aceite-se essa enormidade. O que não se pode conceber é que esses 20 partidos se transformem em 503 deputados, cada qual puxando a corda para seu lado e deixando de pensar no interesse superior do País. Ou é possível aceitar tal situação, que nos arrastará a todos para o abismo?